DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 2049/2019

PROCESSO TC/MS	: TC/6184/2017
PROTOCOLO	: 1799344
ÓRGÃO	: MUNICÍPIO DE CAMPO GRANDE
JURISDICIONADOS	: 1. MARCOS MARCELLO TRAD 2. MARIA DAS GRAÇAS MACEDO
CARGO NA ÉPOCA	: 1. PREFEITO MUNICIPAL – ATUAL 2. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE GESTÃO – À ÉPOCA
INTERESSADO	: JOSÉ APARECIDO MIGUELÃO
TIPO DE PROCESSO	: CONCESSÃO DE APOSENTADORIA VOLUNTÁRIA
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

A matéria dos autos trata da apreciação da legalidade, para fins de registro, do **ato de concessão da aposentadoria voluntária** ao servidor José Aparecido Miguelão, que ocupou o cargo de Ajudante de Operação, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos de Campo Grande.

Ao examinar os documentos a Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal-ICEAP, se manifestou por meio da **Análise n. 27902/2018** (peça 10, fls. 74-76), pelo registro do ato de aposentadoria em tela.

Em manifestação necessária, o Procurador do Ministério Público de Contas-MPC, emitiu o **Parecer n. 19306/2018** (peça 11, fl. 77), no qual apresentou seu entendimento pelo registro da aposentadoria do servidor público acima descrito.

É o relatório.

DECISÃO

Verifico que a **aposentadoria voluntária** foi concretizada de acordo com as disposições do art. 40, §1º, III, da Constituição Federal e foi apresentada toda documentação exigida pelo Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul – TCE/MS.

Ante todo o exposto, concordo com a análise da Inspetoria de Controle Externo de Atos de Pessoal (ICEAP), acolho o parecer do Ministério Público de Contas (MPC), e decido pelo **registro do ato de concessão da aposentadoria voluntária** do servidor público José Aparecido Miguelão, com fundamento na regra do art. 77, III, da Constituição Estadual, dos arts. 21, III, e 34, II, da Lei Complementar Estadual n. 160, de 2012, e do art. 10, I, do Regimento Interno – Resolução Normativa n. 76/2013.

Campo Grande/MS, 20 de fevereiro de 2019.

CONS. FLÁVIO KAYATT
RELATOR

tm